

FH cobra mais rapidez da Justiça

08 SET 1998

JORNAL DO BRASIL

■ Presidente lança pacote de medidas na área dos Direitos Humanos que contempla estrangeiros, índios e deficientes físicos

FABIANO LANA E
RENATO FAGUNDES

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que o Brasil precisa ter uma Justiça mais rápida para combater a impunidade. “Não seria justo dizer que não fizemos progressos na luta contra a impunidade. Mas o avanço ainda é lento”, afirmou Fernando Henrique durante o ato de assinatura de um pacote de medidas na área dos direitos humanos como parte das comemorações do Dia da Independência, no Palácio da Alvorada. As medidas incluem anistia a imigrantes ilegais, garantias de acesso de deficientes físicos a prédios e áreas públicas, a demarcação de terras indígenas e a emissão de certificados de posse de terras a descendentes de moradores de quilombos.

“Um acesso mais amplo à Justiça e maior rapidez na resposta são reivindicações legítimas de nosso povo, que requerem ação imediata”, discursou o presidente. Para ele, a prisão dos assassinos de Chico Mendes e de vários acusados das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, são exemplos de avanço na luta contra a impunidade. Ele também citou os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, no Pará, e do presídio do Carandiru, em São Paulo, nos quais os acusados foram pronunciados mas ainda não julgados. “O governo não descansará enquanto crimes desse tipo não tiverem castigo exemplar”, afirmou Fernando Henrique.

O presidente assinou o decreto que regulamenta a lei 9.675, de junho deste ano, permitindo que os estrangeiros em situação irregular no Brasil obtenham registro provisório. A medida, pelos cálculos do governo, vai beneficiar 100 mil pessoas. “Hoje o Brasil decreta anistia a dezenas de milhares de estrangeiros em situação irregular. Demonstra, assim, sua hospitalidade àqueles que optaram por viver entre nós e compartilhar do nosso destino”, afirmou.

O presidente assinou, ainda, decretos de demarcação de 11 áreas indígenas, onde moram 17.300 índios, em São Paulo, Mato Grosso, Amazonas, Bahia e Rondônia, num total de 754.854 hectares. Até o fim do ano, disse o ministro da Justiça, Renan Calheiros, vão ser demarcados mais 12 milhões de hectares. Também foi assinado o título de reconhecimento de domínio do quilombo Itamaoari, em Cachoeira do Piriá (PA), às 33 famílias que vivem hoje na área de 5.377 hectares – que não pode ser vendida, arrendada ou dividida.

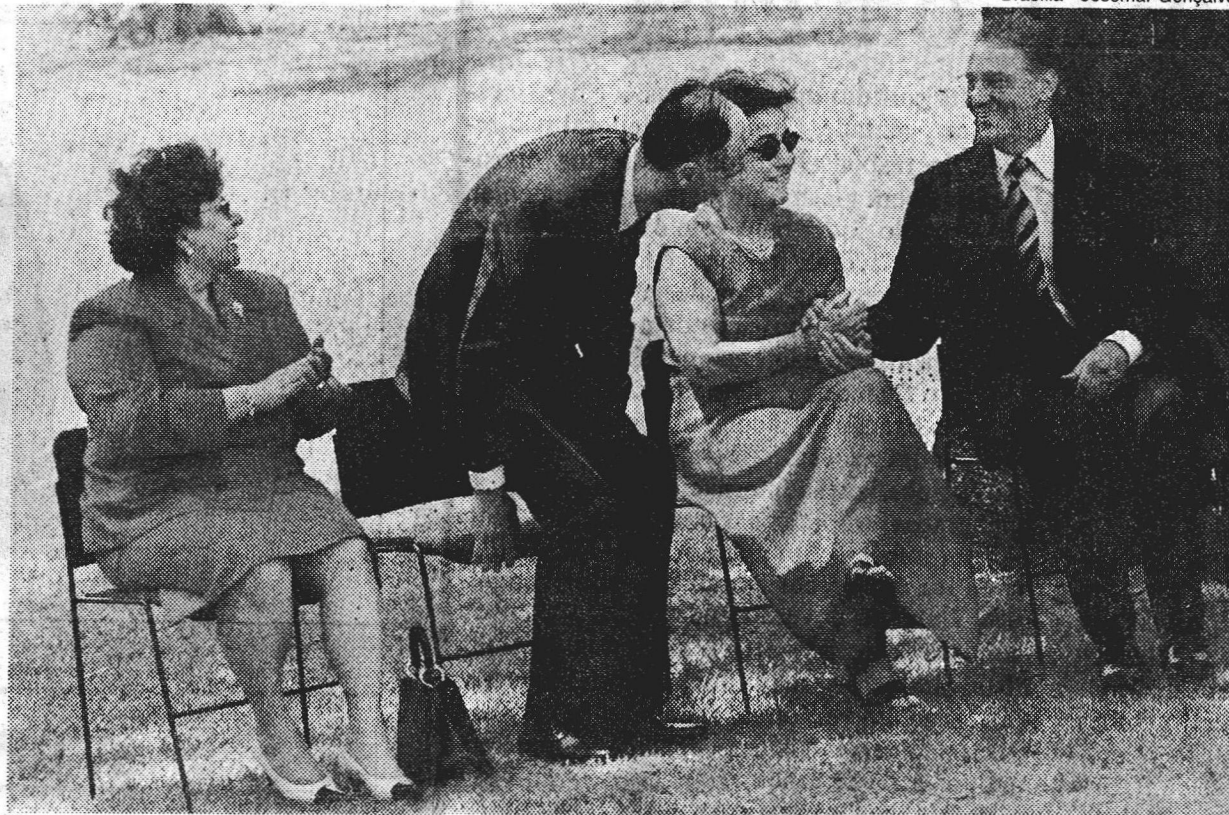
Ainda ontem foram encaminhadas mensagens pedindo ao Congresso Nacional que aprove, em regime de urgência, o projeto de lei que regula o processo administrativo contra servidores públicos e o que prevê penas alternativas para condenados por crimes leves.

O presidente também mandou ao Congresso um projeto de lei que reconhece a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos para julgar abusos que venham a ser cometidos no Brasil.

Medalhas – Na cerimônia, foram entregues os prêmios a 20 alunos de escolas públicas que fizeram frases sobre Direitos Humanos durante o 2º Encontro Cívico do Ministério da Educação. O presidente também entregou as medalhas *Direitos Humanos: novo nome da Democracia* a diversas personalidades, entre elas o cardeal arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, o cantor Gilberto Gil, a atriz Zezé Mota e o indigenista Orlando Villas Bôas.

■ A primeira-dama Ruth Cardoso deve ir hoje a São Paulo para se submeter a exames de saúde. No último sábado ela sofreu uma arritmia cardíaca – alteração no ritmo da pressão – enquanto fazia uma caminhada no Palácio da Alvorada e foi atendida no Hospital das Forças Armadas.

Brasília - Josemar Gonçalves



O presidente reuniu-se com D. Ruth, Marco Maciel e a esposa Ana Maria após discurso no Alvorada